

Filosofia como ontologia fundamental

pelo Prof. Doutor Delfim Santos
da Universidade de Lisboa

No início de um Congresso de Filosofia — o primeiro em Portugal — inevitável se nos afigura a reversão meditativa para o que justifica e garante a actividade filosófica. Que é pròpriamente a filosofia? Como pode ela a si própria fundamentar-se? Com esta segunda questão esclarecemos, em parte, a primeira. A filosofia é actividade de fundamentação. Não é saber axiomático de tipo científico, nem reflexão conclusiva a partir de qualquer ciência, nem arte divagante de apologia, mas preliminar actividade criativa das possíveis determinações ônticas e lógicas propiciadoras da estruturação da realidade nos seus diferentes e conexos estratos e das categorias de apreensão relativas a esses estratos. A filosofia, como actividade de fundamentação, requer a recíproca correlação do ôntico e do lógico. A filosofia é, portanto, ontologia fundamental. Com esta resposta, susceptível de mais funda interrogação, como é próprio da filosofia, indicamos o seu nível de radicalidade, a sua função objectivante, a sua intenção operativa e geral.

Identificamos filosofia e metafísica, mas não interpretamos metafísica como analógica transposição para o não-físico de saber vago e de suspeita comprovação. Metafísica não é saber do que está para além do físico, como se afirma em pobre hermenêutica filológica. Metafísica é termo ambíguo, mas na ambiguidade reside o apontamento indicial para a compreensão. O termo grego correspondente a física exprime simplesmente a possível adequação conceptual da intenção primária da consciência não ainda

transcendental à empírica variedade fenoménica da natureza. Precedendo a factual consideração do que se nos mostra «além», a sua captação em forma de conhecimento, opera-se a elaboração objectivante de ordem transcendental que se realiza «aquém» da física. Metafísica refere-se ao domínio criativo da própria objectividade. É a filosofia primeira, e não há outra. «Meta» pode ser entendido em dois sentidos, conforme a posição do referente. «Além» e «aquém» podem indicar o mesmo; metafísica é, portanto, pré-física, isto é, prévia elaboração sucessiva da objectividade possível a partir da subjectividade, não da subjectividade empírica, como sempre se entende em função do psicologismo radicado no senso comum, mas da subjectividade transcendental.

A intenção operativa e geral a que nos referimos revela a filosofia como «gerante» de toda e qualquer possível enunciação nocional e sua tradução verbal. Neste sentido, é rigorosamente poesia, acto criativo de pensamento e respectiva expressão. Quando se aborda a filosofia pela sua história, desvanece-se irremediavelmente este mais profundo sentido. A história é um perigo para a filosofia quando, de fora, arruma, agrupa e classifica, ocupando-se mais com a absorção do diferente no idêntico e do único no semelhante do que com a funda revelação própria do filosofar. Com as novas tendências, com o trânsito dramático da fenomenologia para a ontologia existencial, com a busca de radicalização e novo fundamento para a compreensão do homem, não há apenas alteração conclusiva em novo surto reflexivo, mas a exigência de destruição da pretensa história tradicional da filosofia e das suas frequentes interpretações.

Como ontologia fundamental a filosofia nos surge desde sempre. Assim o afirmou Aristóteles e o reafirmou Tomás de Aquino. A história trouxe para a interpretação do «ser enquanto ser» as definições conhecidas. A noção de «ser» foi substituída pela ideia de ser, início do surto idealista da idade moderna, e, como consequência, surgiu a limitação da sua generalidade, quanto à extensão, conferindo-se maior importância a aspectos restritos ou regionais, de ordem ideal ou real, que pretendiam a mesma função atribuída à «noção» de ser. É este o pseudo fundamento do materialismo, do vitalismo e das várias formas de idealismo. Formas parcelares que usurpam posições de fundamento quando, algumas vezes, apenas são infundamentadas consequências ou formas de cisão exclusivas do sentido de totalidade. Posições por outro lado

admissíveis, quando, a partir da empiria, e por interesse metodológico, operam cisões convencionais, úteis para a constituição de ciências particulares. Mas a exemplaridade da ciência perturba a filosofia, que, como já vimos, é situação prévia e radical. Não interessa à raiz imitar as folhas, mas interessa às folhas que a raiz continue sempre raiz.

O fracasso da metafísica ao longo da história, fracasso da história que à metafísica se atribui, não é devido só ao que deixamos sucintamente apontado. Enquanto o saber objectivado em forma de ciência tem lugar comum de referência, e os físicos e os biólogos de ontem e os de hoje não deslocaram o «objectivo» das suas preocupações para fazerem progredir as respectivas ciências, o mesmo não acontece à metafísica, cuja história só pode ser entendida como estudo da deslocação sucessiva do tema considerado fundamental. Como a temática, no instante do seu surgimento, requer aparelhagem conceptual adequada, a deslocação inevitável dos pensadores ao longo do tempo invalida a possível utilidade da terminologia anteriormente adoptada. Assim, muitos dos termos ainda hoje usados arrastam consigo tipos de meditação referentes a temáticas que o próprio filósofo já invalidou. Sirva de exemplo a dificuldade proveniente da aplicação em sentido existencial da terminologia essencialista. A história fornece-nos sistemas de conceitos já não vivificados pelas correspondentes temáticas, ou temáticas ainda sem apropriada ferramenta nocional para adequado tratamento. Eis o perigo da história. A própria noção de «ser» está comprometida como já o afirmámos em dois trabalhos dedicados a Tomás de Aquino e a Francisco Suárez.

A noção de ser, enquanto noção, é inevitavelmente ambígua, o que acontece, aliás, a todas as noções. A noção é ponto de encontro de duas vias: a óntica e a lógica. Na filosofia da época moderna, no período dominado pelo ideal da «mathesis universalis», seguiu-se quase exclusivamente a via lógica na interpretação do «ser» em reacção ao pensamento estruturado no século XIII. Afirmou-se que se tratava de um conceito de máxima extensão e, portanto, de mínima compreensão. Esta máxima extensão correspondia ao enunciado aristotélico e tomista que considerava a noção de ser a de maior generalidade possível. Mas generalidade e extensão não significam o mesmo. Extensão é atributo de conceito, generalidade é qualidade de noção. E uma noção não é uma ideia e muito menos um conceito. Geral, «generale», na idade média,

tem um sentido que se perderá completamente na filosofia moderna devido à transposição idealista na interpretação da filosofia medieval iniciada por Descartes. Sem pretender, neste momento, tentar a demonstração do que a etimologia facilmente confirma, diremos que «ser», como «genus generalissimum», alcançava exprimir a função de suprema geratriz de todo o conhecimento de que todas as outras noções menos gerais, ou especiais, são provenientes. Não é agora a ocasião para apresentar citações de textos confirmativas do que apenas deixamos apontado. Notemos só que, em virtude do pendor analítico da filosofia moderna, foi exaurida de conteúdo a noção por excelência gerante, «summum genus», da tradição aristotélico-tomista.

A ambiguidade a que nós referimos quanto à noção de «ser» tem ainda outra motivação na duplicidade da sua função gramatical: verbo e substantivo. Como verbo possui função atributiva (esta mesa é de madeira) ou função existencial (o filósofo é um homem). A esta dupla função verbal contrapõe-se uma substantivação possível em sentido existencial. Ser, entendido atributivamente, não pode substantivar-se; substantivo, a partir da sua função existencial, significa o mesmo que existir. E assim também uma dupla via se nos oferece para a compreensão da metafísica. Ao longo da história é fácil de aperceber quer a neutralização do acto de existir pela subordinação ao essencial, quer a aniquilação do pensamento essencial pela preferência significativa do existencial. Na bifurcação interpretativa da noção de ser se articulam as filosofias moderna e contemporânea a partir de Kant, que afirmou não ser a existência um acidente a atribuir à essência, mas a essência um atributo do existente. Este problema, que a filosofia medieval tantas vezes discutiu, foi relevado à sua dignidade a partir de Kierkegaard, cujo centenário do nascimento este ano se comemora. A metafísica existencial do nosso tempo contraria o pendor conceptualizante do pensamento como razão e prefere o plano do existir como acto refractário à conceptualização tradicional.

Revertendo à interrogação inicial, que outras interrogações foram sucessivamente esclarecendo, pois é esta a própria vida do pensamento, destruição da resposta em transmutação interrogante, afirmamos que a filosofia não é actividade reflexiva a partir de tipos de saber objectivados em relação a determinados sectores da realidade, que não é a ciência a garantia da filosofia, mas a filosofia que origina e garante a ciência. Se todo o saber se refere a algo

que lhe é estranho, se o saber não é identificável com o que se propõe conhecer, se a ciência é peri-ôntica, a correlação entre o saber e o seu objecto não é determinada pela própria ciência, mas pela actividade prévia de objectivação, regulativa e constitutiva do próprio objecto. Isto é, a filosofia não é domínio de reflexão segunda, mas actividade condicionante da constituição do objecto como objecto. O seu domínio é transobjectivo e transcendental. A filosofia como constituinte de objectividade é pensamento original, é tentativa radical de objectivação, opera a descontinuidade na aparente continuidade da experiência sensorial, promove a independência nocional, e consequentemente real, nas superficiais dependências incriticadas do senso comum, diferenciando o aparentemente idêntico, fragmentando o supostamente unitário, distinguindo o indistinto, singularizando o semelhante. Deste modo se invalida o pensamento elaborado sob a forma de «filosofia de», isto é, de reflexão sobre o saber objectivado da ciência, porque a ciência é sempre «ciência de» e a filosofia a sua prévia garantia de fundamentação relativamente autónoma.

Determinado o sentido da absoluta autonomia do pensamento filosófico, tema da filosofia contemporânea de inspiração existencial a partir da fenomenologia, interessa, para concluir, indicar que o saber acerca da filosofia não é ainda filosofia, como o saber acerca da física não é física e o saber acerca da matemática não é matemática. A física, e o mesmo se passa com qualquer outra ciência, é estruturação compreensiva de certo estrato da realidade ordenada para comunicação didáctica dos resultados do seu «acercamento». Mas o pensamento elaborado sob a forma de física e aquilo que na realidade é considerado físico não tem qualquer núcleo de identidade nem qualquer possibilidade de identificação para além do acordo de ordem categorial. Todo o pensamento sob a forma de ciência é, pois, acercamento do que constitui tema dos seus esforços de investigação. É impossível evitar a distância entre o pensamento e o real. Não raras vezes se confunde o resultado do acercamento com o objecto que orientou o rodeio, sinal de confusão entre o ôntico e o lógico que sempre o pretende substituir. O pensamento é agente operacional na desocultação do ôntico. Mas a metafísica não é tentativa de acercamento e muito menos agente de transferência de um tipo de conhecimento para qualquer das zonas constituintes da realidade, como se pretende no programa de tendência unitarista do metodolo-

gismo lógico. Não há uma zona de objectividade exemplar nem um único critério de objectivação subordinante de toda a realidade. As formas de monismo, de base ontológica ou gnoseológica, são consequências da ilegítima extensão de um núcleo de já coordenada objectividade ao que analógicamente se supõe susceptível de identificação. Mas a metafísica como ontologia fundamental indica-nos a via do pluralismo coerente na determinação categorial das regiões da realidade.